

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Férias nº 663 a 666/2012-DGP	2
	Resolução de Afastamento nº 245/2012	2
	Atos Legislativos	
	Autógrafo ao Projeto de Lei nº 027/2012	2
	Ata da 2110ª Sessão Ordinária na Íntegra	3

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 663/2012-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER, o período de férias do servidor, **JEAN PIERRE MICHETTI**, exercício 2011/2012, marcada para o período de 01/03/2012 à 30/03/2012 30 (Trinta dias) por necessidade do serviço, conforme memorando nº 009/CONGE GAB/2012 para serem usufruídas posteriormente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 02/03/2012.

Palácio Antônio Martins, 31 de Maio de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 664/2012-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR, o servidor **JEAN PIERRE MICHETTI**, a usufruir 16 (dezesesseis dias) de férias, referente ao exercício 2010/2011, suspensa através do memorando CONGE nº 058/2011, para gozo no período de 01/06/2012 à 16/06/2012, conforme memorando nº 026/CONGE GAB/2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 31 de Maio de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 665/2012-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER, o período de férias do servidor, **JAILTON CORDEIRO**, exercício 2011/2012, marcada para o período de 01/06/2012 à 30/06/2012 30 (Trinta dias) por necessidade do serviço, conforme memorando nº 0057/SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO para serem usufruídas posteriormente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 31 de Maio de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 666/2012-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR, o servidor, **ANTONIO CLÁUDIO CARVALHO THEOTONIO**, para substituir titular do Cargo em Comissão de Consultor Geral, desta Casa Legislativa, no período de 01/06/2012 a 16/06/2012 por se encontrar em gozo de férias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 31 de Maio de 2011.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 245/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JALSER RENIER PADILHA**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 31.05 a 04.06.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentares, a serviço desta Casa de Leis Estadual.

Palácio Antônio Martins, 30 de maio de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 027/12.

Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2012, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º da Lei nº 769/10, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis, militares, ativos, inativos e

pensionistas, da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa o índice de revisão geral anual, exercício 2012, prevista no art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º da Lei nº 769/10, no percentual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo único. A revisão geral prevista no caput deste artigo compreende os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, comissionados e função de confiança da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º A revisão geral prevista nesta Lei será compensada na hipótese de concessão de reajustes salariais, no exercício de 2012, a determinada categoria de servidores.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento do Poder Executivo e dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2012.

Palácio Antônio Augusto Martins, 24 de maio de 2012.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2110ª SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
(Em Exercício)**

Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Convido o senhor Deputado Erci de Moraes para atuar como Primeiro Secretário ad.doc.

Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Erci de Moraes**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Ofício nº 027/12, de 17/04/12, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 17/04/12.

Requerimento s/nº, de 16/04/12, do Deputado Jânio Xingu, requerendo a interposição de recurso ao parecer de inconstitucionalidade da Comissão, justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 086/2011.

-Projeto de Lei s/nº, do Deputado Gabriel Picanço, que obriga o Poder executivo, suas Autarquias e Fundações Públicas, a identificar os veículos utilizados na prestação de serviço público, bem como regula sua guarda; Projeto de Lei s/nº, do Deputado Gabriel Picanço, que declara de utilidade pública, nos termos da legislação vigente, a Associação Trindade de Desporto e Cultura (ASSTRIN), e dá outras providências.

-Indicação s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, encaminhando

o Projeto de Lei complementar que assegura aos candidatos a concurso para cargo ou emprego no serviço público estadual, seguidores de denominação religiosa que guarda os sábados, o direito de realizar as provas em horário compatível com as normas que professam.

EXTERNOS:

-Ofício Circular nº 001/12, de 12/04/12, do Conselho Estadual de Cultura, encaminhando a nova composição de Direção Superior – biênio 2012/2013, e Câmaras Culturais – quadriênio 2012/2015.

-Requerimento s/nº, de 17/04/12, da senhora Adriana Gomes Santos, solicitando autorização para pesquisa em livros de Atas, Legislação, Projeto de Leis e documentos outros referentes à mineração de Roraima.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Erci de Moraes**) – procedo à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, peço que a Mesa informe quantos Deputados estão viajando e quais são os faltosos, para que possamos cumprir o Regimento.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputados, estão de Resolução os Senhores Deputados Marcelo Cabral e Jean Frank.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, quero iniciar, ressaltando a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima por ter feito, semana passada, na minha avaliação, um debate extremamente positivo sobre a discussão do valor da conta e energia em Roraima e no Brasil.

Existe uma Frente Parlamentar, cujo Deputado Cesar Hallum, que fez uma extraordinária explanação, é Presidente, e o Coordenador da Região Norte é o Deputado Raul Lima, que também fez uma belíssima explanação. E, temos aqui, uma Frente Parlamentar, cujo Presidente é o Deputado Brito Bezerra. Mas, quero falar sobre a questão da energia como consumidor, como representante da sociedade. Eu trouxe aqui a minha conta de energia dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Em cada uma dessas contas há o megawatt horas, que é a unidade de medição, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos. Se vocês observarem nas contas o valor não é esse, porque na medição é feita em quilowatt horas e não megawatt horas. As contas de janeiro, fevereiro e março têm o mesmo valor em quilowatt horas, acontece que a conta do mês de abril, se os senhores pegarem, vão observar que o quilowatt horas saiu de R\$ 383,49 para R\$ 400,96, ou seja, de megawatt horas. Hoje nós estamos pagando, enquanto consumidor, quatrocentos reais e noventa e seis centavos de megawatt horas. Se nós pegarmos as nossas contas de água, vamos verificar que para CAERR produzir a água o insumo essencial é energia elétrica. Quando pago a minha conta de água, Deputado Brito, estou pagando a energia que foi consumida para produzir essa água, Roraima, pelo Censo do IBGE, tem 117 mil domicílios, só na Capital tem 76 mil e temos quase que a universalização das ligações com água da CAERR. Acontece que, quando nós pagamos a nossa conta de água, pagamos a energia consumida para produzir essa água, mas a CAERR não paga à Boa Vista Energia. Vou mostrar que somos tributados duas vezes, pois devido a CAERR não pagar, estamos sendo penalizados. Eu tive acesso e já disse aqui e reafirmo, a fórmula que ANEL usa para calcular o reajuste da energia elétrica é uma fórmula complicadíssima, é uma equação algébrica muito difícil e temos várias variáveis nessa equação, uma delas é inadimplência, que é uma variável significativa nessa equação. Outra variável significativa é a perda de energia, a qual se dá pelos desvios de energia propriamente dito, devido a ligações clandestinas e pelo próprio sistema, onde há vazamento de energia nos transformadores, nas conexões, dependendo da posição, se estiver firme ou não, para que haja grau maior ou menor de vazamento. Por isso, a Boa Vista Energia tem uma perda de 15%, e é uma perda alta. A ANEL estabeleceu para ela atingir uma perda de 13%, apesar de 13% ainda ser alto. Contudo, o que mais nos assusta é a inadimplência. A Boa Vista Energia tem uma inadimplência de 25%, ou seja, ela não arrecada ¼ daquilo que fatura. E quem é o maior devedor da Boa Vista Energia? O Governo de Roraima. Existe uma questão: ah, mas tem encontro de contas. Por informações precisas do sistema, a ELETROBRÁS afirma que há um encontro de contas, está na justiça, de 09 milhões. Quando o Governo fala em um valor maior, em até 200 milhões, não é a Boa Vista Energia que deve para ele, se há alguém que deve, é a ELETRONORTE, são empresas absolutamente distintas.

Então, são questões diferenciadas. Deputado Ionilson Sampaio, Vossa Excelência deve ter lido a matéria da Veja desta semana: Do grito, os juros não caem! E sabem por que os juros não caem, apesar de hoje estarem em um dígito? Por que os bancos não baixam os juros? Porque está aqui, 21,4% é só de inadimplências. Mesmo os juros estando em um dígito, eles não caem para o consumidor porque o bom pagador paga pelo mau pagador. 21,4% é inadimplência. A nossa inadimplência em Roraima é de 25%. E, há dois anos que a Boa Vista Energia tenta negociar com o Governo. Já veio aqui até o alto escalão da ELETROBRÁS distribuidora e recebeu um não como resposta. Então, o que aconteceu ontem é lamentável. Quero dizer aqui, que a sociedade de Roraima paga uma energia cara também pela inadimplência do Governo de Roraima ao não pagar sua conta de luz. A sociedade, boa pagadora, paga pelo mau pagador, porque é a equação que a ANEL analisa. Concedo um aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado **Flamarion Portela**, estava lembrando de um ditado que diz: “Devo e não nego, pago quando puder”. O poder público em Roraima parece ter adotado tal máxima. Mas, a verdade é que é necessário verificarem a razão desses débitos e não dizerem que não devem. A BOVESA cortou energia também dos prédios públicos do Município, mas a Prefeitura reconhece que deve e reconheceu, inclusive, que não estava pagando em razão de uma dificuldade financeira, propondo, inclusive, um parcelamento. O Governo não, o Governo diz que não deve e sequer tenta negociar. Entretanto, acredito que a partir de agora, que tomaram uma decisão radical, e teriam que ter tomado mesmo, que isso provoque o sentar à mesa para se fazer essas negociações. Mas, essa inadimplência, Deputado, me surpreendeu, inclusive, a inadimplência dos Bancos. Imaginei que o índice de inadimplência era apenas em torno de 8%, mas vi, realmente, na matéria da Veja, que está em 21,4%. Alguns economistas questionam que se a inadimplência é tão alta, é porque também os juros são excessivos. Exatamente. Mas voltando ao nosso assunto, a inadimplência de 25% na conta de energia em Roraima, já que isso tem uma variável que compõe o cálculo do valor final da conta e, onde o devedor maior é o Poder Público, quer dizer que, nós estamos pagando uma energia excessivamente cara quando poderíamos ter uma conta com um valor bem menor. Logo, acaba sobrando, mais uma vez, para o assalariado, para o pobre, para o pai de família, por causa da falta de planejamento e de um cuidado maior no trato com a coisa pública por parte dos nossos gestores. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado Deputado. Só para ilustrar, a Boa Vista Energia afirma que o Governo de Roraima deve 146 milhões de reais. Isso representa quase 8% do orçamento global do Estado de Roraima, muito maior do que o volume dos recursos destinados para investimentos. É o teto. A Prefeitura deve 4 milhões e 700 mil, representando 3% desse montante que o Governo deve. Portanto, é algo preocupante.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Flamarion Portela**, primeiramente, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo excelente pronunciamento, por sempre trazer a Tribuna desta Casa assuntos de muita relevância. E, quero deixar uma reflexão. Além do Governo se recusar a pagar os débitos com a ELETROBRÁS, hoje está sendo religada a energia de alguns prédios públicos, não porque o Governo sentou à mesa de negociação da ELETROBRÁS, mas porque houve determinação judicial, por serem esses órgãos públicos de grande necessidade para o contribuinte roraimense, de utilidade pública. O mais grave é que sequer dão importância à necessidade das pessoas terem esse direito que é constitucional, que é sagrado, do atendimento público, que já está pago, que é pago com os tributos. Quer dizer, nós já pagamos todas essas contas através dos nossos tributos, quando pagamos todos os dias o que consumimos, a própria energia, o arroz, o feijão, o açúcar, o café. Em tudo o que se consome está inserido ali o tributo que é, justamente, para o Governo adimplir essas contas, para o Governo devolver em forma de benefícios e, uma das formas de benefícios é os órgãos públicos atenderem com excelência os contribuintes. O Governo do Estado, além de não atender as necessidades básicas do cidadão, não trabalhar por geração de emprego e renda, não ofertar saúde, segurança, educação de qualidade, agora deixou de pagar a energia que é primordial para o funcionamento desses órgãos públicos. É uma falta de respeito com o próprio colaborador daquelas instituições e com o povo que precisa do atendimento no setor público. Essa é uma obrigação primordial do Governo do Estado. Parabenizo Vossa Excelência e quero dizer que,

por conta dessa inadimplência do Governo, quem sofre é a sociedade que paga a energia novamente. Isso é inadmissível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado **Flamarion**, o problema da energia não acontece só no Governo do Estado, como disse o Deputado Ionilson, mas também na Prefeitura do Município de Boa Vista. Nós temos um problema seríssimo e posso ser testemunha disso, porque já fui Prefeito, e as Prefeituras não pagam energia para CER. À época do meu primeiro e segundo mandato como Prefeito, tentamos um entendimento com o Governo, na época Neudo Campos, e depois no Governo de Vossa Excelência, porém a equipe técnica do Governo insistiu em não querer encontrar uma solução para viabilizar a situação econômica da CER, nem transferi-la para o Governo Federal e nem buscou uma solução para a Prefeitura, porque quando o Governo faz transferência para aumento de capital, ele comete um crime. E, nós propomos que fosse feito um convênio com as Prefeituras, pois no lugar dele repassar o recurso como aumento de capital, que passasse direto para a companhia como pagamento de dívidas das Prefeituras. Era um jogo de papel, mas contabilmente correto. Resolveria o problema da dívida da CER, o problema de dívidas das Prefeituras do interior e daria ênfase para que o Governo Federal tivesse a consciência de assumir aquilo que é direito dele. Então, o Estado não paga a Eletrobras e, por sua vez, assume dívidas que não é competência dele e sim do Governo Federal, como no caso das comunidades indígenas, das reservas que foram criadas.

O Senhor sabe, Deputado, que o outro problema é das Prefeituras. Nós executamos parte da eletrificação rural, em Iracema eu fiz a rede elétrica de Campos Novos, da área urbana de ampliação do Município, porém a CER não aceita isso como acerto de contas. Então, isso vira uma bola de neve no Estado e nas Prefeituras.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Deputado Joaquim, realmente Vossa Excelência tem razão, a solução é federalizar a CER, pois, na minha visão, ela já deveria ter sido federalizada. O Raul Prudente, quando lá esteve, fez um trabalho competente para federalizar. Sabe o que atrapalhou a CER nesses dois últimos anos? Esse empréstimo. Se não houvesse esse empréstimo, a CER talvez teria avançado na sua federalização. Então, o caminho é alcançarmos a federalização da CER o mais rápido possível, pois em Roraima nós temos três empresas de energia elétrica: a Eletronorte, a Eletrobras e a CER. Roraima é um estado pequeno, mas possui três empresas. Então, eu acho que o melhor seria fundir essas três empresas e o Governo Federal assumir e, realmente começar a fazer, através de uma ou no máximo duas empresas, a distribuição da energia para atender à sociedade. Concedo um aparte ao Deputado Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado **Flamarion**, queria mais uma vez lhe parabenizar pelo excelente discurso, muito aprofundado tecnicamente. Deputado, eu tenho por costume, quando chego em casa à noite, dar uma lida nos noticiários e entrar nas redes sociais para acompanhar os comentários. E vi, ontem, nas redes sociais, a indignação da sociedade, assim como também vi, na Folha de Boa Vista, a nota sobre os cortes de energia tanto na Prefeitura como no Estado, e Vossa Excelência não queira saber a quantidade de comentários da sociedade repudiando essa ação. Lembro-me muito bem de um cidadão que fez o seguinte comentário: sou assalariado, tenho dificuldade para sustentar a minha família, mas faço de um tudo para pagar as minhas contas de energia em dia para não haver corte. Quando atraso o pagamento, tenho a plena convicção de que irão cortar a minha energia, independente de qual seja o dia. E aí, ele fez as seguintes perguntas para a justiça: Eu posso atrasar o pagamento da minha conta de luz e entrar com uma liminar? Existi dois pesos e duas medidas? E, fiquei pensando sobre esse fato. Eu acho que a justiça deve mandar religar, pois não poderiam faltar os serviços essenciais para a sociedade, bem como também é inadmissível penalizarmos o cidadão mais carente que não consegue pagar sua conta de luz. A Eletrobras chega, corta, independente se é final de semana ou não. Inclusive, mandei fazer uma pesquisa recente, por sugestões de um colega nosso, através das redes sociais, que me pediu que estudasse a possibilidade de se criar uma norma dentro do Estado proibindo que as fornecedoras de energia efetuassem cortes no sábado e no domingo. Um assessor nosso me informou que já há uma decisão do STF proibindo o corte de energia nos sábados, domingos, e feriados. Eu respondi ao colega que não podia, mas vamos, mesmo assim, tentar fazer uma norma. Estamos tentando apresentá-la a esta Casa o quanto antes. Agora, eu fiquei sem conseguir dar a resposta aquele cidadão. Será que a energia que eu pago cento e poucos reais por mês, se eu atrasar e se a Eletrobras cortar, eu consigo uma liminar na

justiça? Fica aqui, o desafio para a justiça. Muito obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – É claro que não consegue. Realmente, a Eletrobras preservou as escolas, os hospitais, a polícia, ou seja, preservou os serviços essenciais. Mas, não há dúvida de que deve haver negociação. Ainda me chama a atenção, Deputado Sampaio, porque a informação que eu tenho é que a Eletrobras coloca no CADIN, para que o Estado não receba recursos, pelo fato de está inadimplente com um órgão federal, porém, há uma turma que fica de madrugada e quando vão liberar, dão um jeitinho. Infelizmente, isso acontece nesse País. É lamentável, mas acontece.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu cordial bom dia. Além de todas as mazelas que permeiam nosso Estado, nós temos ainda a falta de compromisso em sanar ou pelo menos diminuir o sofrimento do nosso povo.

Eu estive há poucos dias no Taboca, onde uma empresa de empresários locais deste Estado ganhou a licitação para fazer a recuperação daquela vicinal. Quero dizer a Vossas Excelências que no início do ano passado eu fiz uma Indicação para a recuperação das estradas: Vila Taboca, RR 207, Vicinal do Jacaminzinho, incluindo uma ponte e dois bueiros, bem como a estrada de acesso à Maloca da Malacacheta na 342 PPA Município do Cantá, e a BR 432.

Pois bem, essa estrada, até a Vila Taboca, está sendo recuperada por empresários locais. Aí, eu parabeno o Governo por priorizar a contratação de empresas locais, pois isso gera emprego e renda no Estado, e os nossos empresários podem realmente trabalhar, suprindo as necessidades. Mas as expectativas se frustram quando a duzentos metros dessa estrada que está sendo recuperada existe uma comunidade. E, eu quero chamar a atenção para um fato. No início do ano passado, levei a TV Assembleia até lá e apresentei aqui os slide contendo as fotos. Na estrada do jacaminzinho há dois bueiros que estão quebrados, impossibilitando a passagem dos carros, ou seja, essa vicinal estava praticamente intrafegável, Mas apesar do inverno do ano passado ter sido muito rigoroso, os carros ainda conseguiam trafegar. Então, recuperaram a estrada até a Vila Taboca, entraram na Malacacheta e faltam duzentos metros para atingir essa vicinal do Jacaminzinho que está totalmente intrafegável. Pais de famílias e estudantes daquela região me procuraram para que possamos, junto à base do Governo, e peço ajuda aos Deputados da base, providenciar a recuperação também desses duzentos metros e atendermos essas famílias, tendo em vista que as máquinas já estão na estrada e se trata de uma empresa local. Então, deixo como sugestão um aditivo, para fazerem a recuperação desses duzentos metros de estradas para atendermos essa comunidade indígena, esses pais e alunos, para que eles possam sair de suas residências até as escolas e terem acesso a um direito fundamental que é a educação e, também, para que não seja interrompido um direito constitucional que é o direito de ir e vir. E, como é obrigação do Governo dar trafegabilidade, a não recuperação estaria infringindo o direito de ir e vir, que é um direito de todo cidadão brasileiro.

Eu fiz uma indicação para a criação de uma clínica para o tratamento de dependentes de drogas e álcool, busquei informações na Secretaria Estadual de saúde, na Secretaria de Segurança Pública, tendo em vista que é um problema de Segurança Pública, mas é também de saúde pública. E, temos dados suficientes para formarmos uma ideia consubstanciada do que está acontecendo hoje no Estado, no que tange a essa problemática do uso e do tráfico de droga. Não há dados estatísticos para chegarmos a uma conclusão precisa, mas a mídia, todos os dias, notícia a apreensão de drogas. Estamos em um Estado de fronteira, por isso o alto índice de prisões por porte de droga, crime cometidos por usuário de drogas e também de álcool, o qual apesar de lícito, é uma droga. Nesse sentido, gostaria de chamar a atenção dos nobres pares para essa situação que é perigosa.

Em nível de Brasil, existe uma preocupação, inclusive da Presidência da República, quanto ao consumo de droga, sobretudo do crack, que é uma droga barata que está em todo o Brasil, inclusive em Roraima, por um preço quase que irrisório se comparado a outras drogas, e ele é avassalador. Os Deputados Célio e Ionilson, que são da área de saúde, sabem disso. A droga destrói a vida social e emocional, seu efeito é algo devastador para as famílias. O crack é uma das principais drogas, e vale salientar que, na quarta vez que se utiliza essa droga, a pessoa já fica dependente. Isso é muito preocupante. Então, vejamos bem, é papel da polícia coibir o tráfico de drogas. Como no nosso Estado temos três barreiras, temos que intensificar o trabalho policial para proibir o tráfico de drogas, no sentido de não permitir essa prática criminosa no nosso Estado.

Mas, temos também um caso de saúde pública, esses usuários

de drogas, após serem presos, vão para um instituto prisional que, em todo o país, não ressocializa, tornando uma fábrica de criminosos. Tanto as cadeias com os presídios deveriam ressocializar essas pessoas e inseri-las na sociedade, mas isso não acontece. Então, eles retornam marginalizados para a sociedade, por não terem um tratamento adequado, e a culpa é do Estado. E, não me refiro apenas ao Estado de Roraima, mas ao poder público em geral que deveria ofertar um tratamento especializado para tratar desses dependentes, porque o consumo de drogas e o consumo de álcool é uma doença. Então, trouxe uma Indicação solicitando a criação de clínica pública para o tratamento de dependentes de drogas e álcool, devido a termos somente no nosso Estado, a Fazenda Esperança que realiza esse trabalho, a qual possui um convênio com o Governo do Estado. Ela fica no Município de Iracema, mas atende somente 22 pessoas, outras 17, são tratadas no Hospital Geral. Então, nós queremos que o Governo do Estado atenda essa Indicação e crie uma clínica pública destinada ao atendimento desses dependentes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Vossa Excelência está abordando um assunto que é doloroso e cruel. Só sabe a dimensão desse problema do crack, das drogas, quem passa por ele. Eu tenho um filho dependente químico, sei o que é ter um dependente químico na família, o quanto esse vício destrói não só a pessoa que é dependente, mas toda a família que convive com ele. Eu li muito sobre isso, pois não criei um filho diferente do outro, criei todos com o mesmo amor e carinho, mas nenhum ser humano é igual ao outro, mesmo tendo a genética do mesmo pai e mãe.

Eu nunca escondi do meu filho, dos meus seis filhos, pois tenho quatro adotivos, que ele é um deles, haja vista que todos foram criados com o mesmo amor da mãe e do pai. Eu peguei esse garoto com dois dias de nascido, ele é irmão de um outro que a mãe também já havia abandonado. Entretanto, me orgulho dos filhos que eu tenho, mesmo com todos os erros, porque também ele não escolheu ser dependente químico, há sempre uma causa por traz disso, ausência de políticas públicas, erros dos pais. E, preste bem atenção quem é pai, quem tem experiência, trabalha em um centro de recuperação, vi o centro ligado a igrejas evangélicas. Eu conheço o Brasil a fora, conheço centros ligados aos Estados brasileiros, a dificuldade dos Estados brasileiros para adquirirem um equipamento, pois depende de licitação pública, bem como do Ministério Público, dos órgãos fiscalizadores, haja vista que não há uma política ágil para facilitar a vida de quem trabalha com segurança pública, saúde, com o social. A 866 precisa ser modificada para que exista uma maior agilidade para conseguirmos equipamentos modernos, de alta tecnologia, de forma mais rápida para salvar uma vida. O Projeto da Fazenda Nova Esperança está nessa Casa para apreciação, por ser de utilidade pública, há mais de seis meses, e está se aprovando dois Projetos de utilidade pública que não têm o mesmo resultado para sociedade como tem o da Fazenda Nova Esperança. Nós já conseguimos tratar 22 dependentes químicos, fora mais de 18 que já passaram pelo processo de recuperação em Roraima. E, ainda não conseguimos colocar a Fazenda Nova Esperança Feminina para funcionar, em que pese eu ter conseguido, junto ao governo do Estado, um prédio para que possamos instalar tal Fazenda. Quando digo eu, falo eu cidadão e não Deputado, eu, junto com todos os colaboradores, pois sou colaborador e apoio a implantação da Fazenda Esperança Feminina. Há uma igreja evangélica que faz um trabalho fantástico em prol dos dependentes químicos, e acredito que devemos aprovar esse projeto. Falo isso com a experiência de um pai que sofre. Se formos a uma clínica do Estado, amanhã a oposição vai estar aqui falando que lá está faltando um equipamento de última geração, porque o Estado não comprou, porque a Prefeitura não colocou um medicamento adequado, porque todos os órgãos públicos ficam a mercê da Lei 866 e da fiscalização rigorosa do Ministério Público e, você fica com as mãos atadas, sem termos a chance de fazer com as políticas públicas cheguem de imediato porque o que está em jogo é uma vida. Vejo o drama que a saúde passa, não só o Estado, mas nos municípios, onde falta remédio porque a empresa que foi licitada atrasou a entrega, e não adianta multar essa empresa, porque isso não traz de volta uma vida que se foi. O que precisamos é acabar com a hipocrisia de que todo mundo é ladrão e criarmos uma lei para que a saúde pública, a educação, os problemas sociais em nosso país sejam tratados com a urgência que necessitam. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Joaquim, informo que está incluso para a Ordem do Dia de amanhã o Projeto de Lei da Fazenda Esperança.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. Obrigado, Deputado

Joaquim, pelo seu aparte. Agradeço ao Presidente pela sensibilidade em colocar na Ordem do Dia o Projeto que vai se tornar de utilidade pública. Tenho certeza que podemos contar com todos os Pares, em relação à criação da Fazenda Esperança no município de Iracema.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Só para fazer uma observação em relação ao que o Senhor colocou a respeito da recuperação de 200 metros da estrada que dá acesso ao Jacaminzinho, eu queria informar a Vossa Excelência que a legislação permite o aditivo no mesmo objeto. Se nesse acesso não foi feito o aditivo, é porque a lei não permite, mas eu quero deixar claro aqui que de praxe acontece. Eu falo sobre isso porque a minha família é desse ramo. Muitas vezes o pedido político não é 200 metros não, mas sim são dois quilômetros. Às vezes, a empresa não recebe, mas executa o serviço porque se trata somente de uma raspagem, em outras você faz uma escalificação e resolve o problema de uma comunidade próxima, ou até, muitas vezes, é um morador na Vicinal que quer o acesso e a empresa executa isso. E, eu falo por experiência própria. O ex-Governador Flamarion Portela também pode dizer que isso se trata até de bom-senso. Às vezes é pedido do secretário. Então, nesse caso, com certeza não deve caber aditivo, mas eu me comprometo a pedir ao Secretário informações a respeito da empresa que se encontra naquela região. E, tenho certeza absoluta que o Governador nunca se negou a pedir, porque os pedidos políticos feitos por ele, é o que eu estou falando, esses duzentos metros. Se ele não fizer o acesso, eu me comprometo que a minha família fará esse acesso, Deputado Brito. E, nesta região há empresários, como o Parima que, se for possível, eu cedo a máquina e ele cede o óleo diesel para fazermos o acesso dessa comunidade. Então, esse é o primeiro compromisso.

Quero aproveitar que Vossa Excelência trouxe à baila o problema da saúde e dizer como é lamentável encontrarmos as pessoas nas ruas, ou então nas redes sociais, se questionado sobre a carta da saúde, sobre o simpósio que tivemos aqui. O que de concreto foi realizado? Essa matéria foi discutida aqui, em grupos. Há esse problema dos dependentes químicos. Há outro sobre os deficientes mentais, pois nós também não temos aqui, no nosso Estado, uma política pública voltada para isso. Eu quero fazer um pedido a Comissão de Saúde da Assembleia para nós discutirmos a respeito desses dois problemas, Deputado Brito Bezerra, para que não fiquem só no papel. Eu me comprometi o ano passado, quando estava sendo discutido sobre o chamado dos remanescentes do concurso público, que eu iria perder um salário meu se o concurso fosse realizado. Mas, até agora, não chegou nenhuma proposta aqui nesta Casa sobre o concurso público, sobre o Plano de Cargos e Salários e, a Carta da Saúde, hoje, com certeza, é só um papel que deve estar nos gabinetes e nas comissões aqui. Isso é lamentável. Então, que não fique só no discurso. Deputado Brito, quando Vossa Excelência também comentou a respeito do que vê no noticiário todos os dias, a apreensão de drogas é sinal de que essa mesma política, que tanto se fala, que essa Segurança Pública que tanto a oposição bate, também está trabalhando. Então, era só o que eu tinha para colaborar com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. - Obrigado, Deputado Marcelo Natanael. Não desprezando os demais apartes, esse foi um dos apartes mais valiosos que eu pude conceber. Vossa Excelência, junto ao Governo do Estado e a Secretaria de Infraestrutura, veio solicitar a implementação desse trecho. E, gostaria de registrar a presença do produtor Bruno, do Jacaminzinho. Ele e sua família me procuraram no meu gabinete para fazer esse pedido, que a comunidade do Jacaminzinho esse ano pudesse estar interligada ao nosso Estado, haja vista que, por vezes, a vicinal fica totalmente intratável e seus filhos e outros daquela comunidade não conseguem ter acesso às escolas. Isso é o mínimo necessário para sobreviverem naquela região. Permito um aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Ionilson Sampaio** – Meu caro Deputado, em relação à segunda parte do discurso de Vossa Excelência, esse assunto tem incomodado, inclusive, as maiores autoridades do país. A questão do consumo de drogas no Brasil como um todo está perdendo o controle, as autoridades não têm consigo enfrentar o problema devido a sua tamanha dimensão. Se criou alguns programas a nível federal, campanhas de enfrentamento ao craque e outras drogas ilícitas, enfim, mas parece que os traficantes estão vencendo a batalha. Então, nós temos que dotar o Estado, temos que criar mecanismos para combater isso. O Estado tem que se mobilizar para esse enfrentamento. Vossa Excelência está de parabéns quanto a sua proposição. Temos que fortalecer as instituições que trabalham com esse enfrentamento como é o caso da igreja católica, que cuida da

Fazenda Esperança, junto com outras instituições. Pois bem, temos que aprovar esse projeto e, além do mais, encontrarmos outras maneiras de nós fortalecermos, inclusive, com dotação orçamentária direcionada para isso. Nós fazemos o orçamento aqui todo ano e não se ver praticamente um centavo direcionado a essa questão. Segunda-feira fomos ao Rio Branco-AC, a uma reunião na Assembleia Legislativa, meu caro Deputado Brito, e quando chegamos lá, estava acontecendo um movimento em frente a Assembleia com muitos jovens, vários estudantes, carros de som, enfim, pais de família e, nós procuramos saber o que era aquilo. Era exatamente uma campanha que a população do Estado do Acre estava fazendo contra o consumo de craque, que também é um problema muito sério lá em Rio Branco, já que faz fronteira com países produtores de cocaína. Então, esse problema é muito sério, temos que enfrentá-lo não podemos nos distanciar dele porque é um reclame e um anseio da sociedade, e além do mais é um problema grave, porque é um problema de saúde pública.

Vossa Excelência está de parabéns. Com certeza contaremos com o apoio de todos os nobres colegas desta Casa. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Brito, quero parabenizá-lo pela sua fala no tocante à questão da droga no nosso Estado e no nosso Brasil. Segundo os órgãos de segurança, o craque, o oxi, existe em Roraima, e percebe-se a ausência de projetos sociais voltados para criança, a exemplo do projeto Bombeiro Mirim, onde vários jovens estão sendo preparados e ocupam sua mente com coisas saudáveis. Precisamos fomentar, tanto o poder municipal, quanto o estadual para criarem projetos que funcionem de fato, que tendam os jovens. Nós já fomos jovens e sabemos o quanto um jovem tem de energia e, se não tiverem com o que se ocupar, terminarão indo para o mau caminho. Então, quero apoiar toda iniciativa, seja de qual for o poder, seja de qual for o lado, oposição ou situação, que venha a ajudar a afastar para bem longe a criança, o adolescente do mundo das drogas. Nós sabemos o quanto custa um presidiário para o governo. Talvez se o jovem tivesse uma oportunidade, não estaria trancado entre quatro paredes, cumprindo pena. Nós sabemos que muitos jovens não estariam nas cadeias e sim em programas sociais eles existissem.

Quero também parabenizar o excelente trabalho, e aposto muito nesse trabalho social, das igrejas, tanto evangélicas quanto católicas, que têm toda uma vida de dedicação a pessoas que vivem nessa situação, e fazem porque gostam, com todo sacrifício, tirando dinheiro do próprio bolso, sem hora para começar, sem hora para terminar, como o exemplo da Fazenda Esperança. Geralmente, nós passamos por ali com 70, 80 quilômetros por hora, olhamos e achamos muito bonito toda aquela estrutura, onde as pessoas sendo tratadas, mas não temos a sensibilidade de parar, oferecer apoio. Entretanto, podemos fazer algo nesta Casa, como bem falou o Deputado Ionilson, trabalharmos no orçamento do ano que vem, prepararmos uma entidade, transformá-la em entidade pública, e tenho certeza que a igreja tem os técnicos necessários para nos ajudar, que possa receber recurso. Quantas pessoas, aquela entidade não já tirou do mundo da marginalidade?

Tenho conhecimento que aquela área já faz parte do Estado de Roraima, é uma área que já veio com uma referência de projeto para o nosso Estado. Agora, ela área está sendo judicializada, Deputado Brito. Aquela área era da família do Seu Raimundo, que recebeu a documentação das mãos do João Figueiredo, e a prefeitura de Iracema construiu alguns projetos sociais lá dentro, depois criou uma estrutura mínima com escola, telefone. Logo em seguida, a família foi retirada, desapropriaram aquela área para doar para a Fazenda Esperança. A família entregou as terras, com o compromisso de que seria indenizada, se não me engano em 150 mil reais. Estava lá a Primeira Dama, o Bispo, inclusive ouvi do próprio cidadão: “Sampaio, eu só fiz o acordo porque estava o Bispo e, hoje eu vou conversar com ele, que se sente envergonhado porque não foi cumprido o acordo”. Então, a família só quer ser indenizada. Eu acho que nós temos que fazer todos os esforços para que a família seja indenizada e para que não haja nenhum impedimento judicial que venha a atrapalhar esse belo projeto que já é referência para o nosso Estado, que é Fazenda Esperança. Não estou aqui criticando, não quero saber quem é o culpado, só peço aos Senhores que têm força junto ao governo que possamos conseguir indenizar aquela família e fortalecermos com todo tipo de apoio, com emendas, recursos a fazenda Esperança.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Brito, quero dizer que há algo aí que não espelha a verdade. Eu trabalhei nesse projeto, acho que tenho o direito de fazer algumas correções em relação ao que disse o colega do Deputado Sampaio.

Estamos aprovando aqui, Deputado Brito, uma fazenda que se não tivesse documentos específicos, por lei não seria de utilidade pública, ou seja, o documento da terra. Todos os prédios públicos que existiam ali naquela fazenda foram construídos quando eu era prefeito. Não havia uma casa que não fosse feita com dinheiro público. Aquela área era terra devoluta, tanto é que a Fazenda Esperança conseguiu o título definitivo, que está junto com a documentação da fazenda, para que seja de utilidade pública, pois não se pode determinar de utilidade pública, se ela não estiver com a documentação correta.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – O objetivo dessa nossa discussão, é apresentar uma indicação para que seja, se não solucionada, no mínimo atenuada a questão da reabilitação do usuário de drogas, quer seja pela Igreja Católica, em parceria com o Governo. A Igreja Católica merece os nossos parabéns, bem como o Bispo e a Madre, que estão aí e as demais pessoas envolvidas nesse trabalho. O nosso objeto é encontrar maneiras para ajudar essas pessoas e devolvê-los à sua família com a saúde mental, física, reabilitada, para seguirem a sua vida com dignidade. Nossa principal preocupação aqui, não é tão somente com a sociedade, mas com o bem maior que é a vida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Parabéns, Deputado **Brito Bezerra**, pelo vosso pronunciamento. Eu queria dizer que o problema da droga, principalmente com a entrada do crack, hoje é um problema de saúde pública em qualquer parte do Brasil. Em qualquer cidade do interior, em qualquer região desse rincão pátrio, há a disseminação do uso do crack. Portanto, o Brasil é voltado somente para a cura. Eu acho que ao invés de Ministério da Saúde, deveríamos chamar Ministério da doença, porque, geralmente, nós só nos preocupamos em curar. O cidadão adocece, deixa de ter renda para sustentar a sua família porque está num leito de hospital. O ideal seria prevenir, evitar que o cidadão adoça. E como podemos fazer isso? Fazendo mais campanhas de vacinação; universalizando a água tratada para todos; levando o esgoto sanitário para todas as regiões; o escoamento de águas pluviais para todas as regiões. É assim que vamos combater a doença. Nós devíamos nos espelhar em determinados países que evitam que o cidadão, o pai de família ou a mãe de família adoça. E, o depoimento do Deputado Joaquim Ruiz foi forte. Eu o louvo pela coragem de dizer que há uma pessoa de sua família que precisa de um tratamento. E, quero aplaudir o trabalho da nossa irmã Paródia, que é educadora, é uma pessoa dedicada hoje a Fazenda Esperança e acredita na reabilitação. E, como o meu tempo é pouco, Deputado **Brito Bezerra**, quero sugerir que pelos menos 10 Deputados aqui, voluntariamente, colocassem 100 mil reais no orçamento de 2013, pois teríamos um milhão de reais destinado à Fazenda Esperança. Então, é essa a minha proposta. Conheceremos pessoas envolvidas, famílias que sofrem, achamos que a questão é complicada. E é, mas nós temos que encarar. Como a Igreja começou esse projeto, cabe-nos a reconhecer a utilidade pública, estimular e fazer, através desse repasse, convênio com o Governo para que ele passe, de forma parcelada, no exercício de 2013 recursos para a instituição que presta relevante serviço à sociedade. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado, Deputado **Flamarion Portela**. E, como líder da oposição, quero destacar a nossa disposição em votar a favor da transformação da Fazenda Nova Esperança em Utilidade Pública. Quero também, Deputado **Flamarion**, dizer que eu já me coloco à disposição, estando disposto a colocar 100 mil reais na minha emenda para a Fazenda Nova Esperança. E, acredito que os oito Deputados de oposição, nenhum deles vai deixar de ter essa sensibilidade. Como Vossa Excelência bem colocou, é melhor prevenir do que remediar. Prevenir é um investimento; remediar, é um gasto. Então, vamos investir em saúde pública, vamos investir nas famílias, em geração de emprego e renda no sentido de gerar outra matriz econômica para o nosso Estado e trazer dignidade para o nosso povo roraimense. Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, requereu o Horário de Liderança.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Xingu, vou conceder a Vossa Excelência o tempo de 5 minutos em decorrência de nós termos Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Não, cinco minutos eu não posso aceitar, pois o tempo de liderança não é cinco minutos. Eu sei que Vossa Excelência faz o papel de oposição aqui. Agora, não pode me negar um direito regimental.

O Senhor Presidente **Chicão da Silveira** – Senhor Deputado,

enquanto eu estiver como Presidente, vou cumprir o Regimento Interno. Leia o Artigo 112 do Regimento Interno.

O Senhor Deputado – **Jânio Xingu** – Deputado Chicão, Vossa Excelência está presidindo a Mesa. Eu vou abrir mão do meu pronunciamento, mas vou entender que Vossa Excelência faz o papel de oposição aqui.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – O Artigo 112 do Regimento Interno tem que ser cumprido, Deputado. Perdoo-me.

Eu queria registrar a ausência do Deputado Coronel Chagas que teve que se retirar em decorrência da passagem do Comando do 112º Esquadrão da Cavalaria Mecanizada do Exército, no 7º BIS.

Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/10, que “Declara de utilidade pública o Grupo Teatro Sol da Terra”, de autoria do Deputado **Jalser Renier**; do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/11, que “Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Agapão –ASSEAG”, de autoria dos Deputados **Chico Guerra** e **Mecias de Jesus**; do Projeto de Decreto Legislativo nº 034/11, que “Declara de utilidade pública a Fazenda Nova Esperança Nossa Senhora de Guadalupe”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; do Projeto de Resolução Legislativa nº 032/11, que “Dispõe sobre a criação do diploma “Amigo da ESCOLEGIS”, de autoria da Deputada **Ângela Portella**, e do Projeto de Lei nº 019/12, que “Altera a Lei nº 840, de 18 de janeiro de 2012, e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em Conjunto possam analisar as referidas matérias.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, dou por reaberta a presente Sessão. Informo aos Senhores Deputados que o Projeto de Decreto Legislativo nº 022/10, e o Projeto de Resolução Legislativa nº 032/11, foram transferidos para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão, devido à ausência dos autores.

Informo ainda que o Projeto de Lei nº 019/12, recebeu pedido de Vista na Comissão em Conjunto.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/11, bem como, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Sargento Damosiel**) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 22/11, bem como, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 022/11. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. Nos termos do parágrafo 4º, do Artigo 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Em votação. A votação será nominal eletrônica. Votando “sim”, os Deputados aprovam a proposição e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 022/11, por unanimidade dos Deputados presentes.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 034/11, bem como, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Sargento Damosiel**) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 034/11, bem como, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 034/11.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Quero fazer um apelo a todos os colegas para que votem favorável a esse projeto, porque é mais do que um mérito pelo que faz esta instituição, que trabalha salvando vidas. Só sabe o trabalho dessa instituição quem tem na sua vida um filho dependente químico. Eu, que tenho a coragem de chegar aqui e dizer que tenho um filho dependente. Ele participou deste projeto, não quis ficar, mas eu não posso deixar de apoiar um projeto da maior relevância, que visa transformar a Fazenda Esperança em utilidade pública para que não continue vivendo de migalhas, como vem vivendo até hoje.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. Nos termos do parágrafo 4º, do Artigo 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Em votação. A votação será nominal, eletrônica. Votando “sim”, os Deputados aprovam a proposição e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 034/11, por unanimidade dos Deputados presentes.

Quero lembrar aos Senhores Deputados que quinta-feira, amanhã, haverá Comissão Geral para debatermos sobre Políticas Públicas para as pessoas portadoras de autismo, conforme Requerimento aprovado em Sessão Plenária.

Explicações Pessoais. Não havendo nenhum Deputado que queira usar desse Expediente e, não havendo mais nada a tratar, encerro

a presente Sessão e convoco outra para o dia 19, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silverira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 19/04/12



PROCON

ASSEMBLEIA



À voz do
Consumidor